



OBSERVATORIO
NACIONAL DOS
CIRVER

Rua da Murgueira, 9/9º – Zambujal
Apartado 7585
2611 – 865 Amadora

30ª Reunião do Observatório Nacional dos CIRVER

21 de maio de 2025

ASSENTO DA REUNIÃO

A 30.ª reunião do Observatório Nacional dos CIRVER, ONC, realizou-se em formato híbrido, sendo que a vertente presencial se realizou nas instalações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e teve início pelo seu Presidente, o qual deu as boas-vindas aos membros do ONC presentes (lista de presenças em anexo). Seguidamente foi apresentada a ordem de trabalhos, tal como se encontra nos pontos elencados infra, tendo sido discutidos os seguintes assuntos:

1. Ponto de situação do Plano de Atividades para 2025 / 2. Atualização dos dados da atividade dos CIRVER de 2024

A APA fez o ponto de situação das atividades que são da sua responsabilidade, designadamente:

1. Informação da quantidade de resíduos perigosos produzidos em 2024 tendo como fonte o INE.
2. Avaliação da Informação relativa à quantidade de resíduos recebidos pelos CIRVER em 2024, para as diferentes unidades de tratamento, por operação de eliminação e valorização e por origem (atividade corrente, passivos ambientais, movimento transfronteiriço de resíduos);
3. Avaliação e Acompanhamento do desempenho ambiental dos CIRVER, para os descritores ar, água, solos, fauna e flora, resíduos;
4. Análise comparativa da capacidade disponível para a eliminação de resíduos perigosos em aterro CIRVER, face ao tempo de vida útil expetável;
5. Impacto dos movimentos transfronteiriços no funcionamento/capacidade dos CIRVER.

Em relação ao ponto 1 foi indicado que os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), relativamente a indicadores de resíduos perigosos para 2024, ainda não se encontram disponíveis.

Em relação ao ponto 3, avaliação e acompanhamento do desempenho ambiental dos dois CIRVER, a APA esclareceu que ainda não dispunha da informação necessária para um ponto de situação, já que a mesma decorre da entrega do Relatório Ambiental Anual (RAA), cujo prazo de submissão termina a 30 de junho de 2025.

No que se refere aos restantes pontos, a APA procedeu a uma breve apresentação dos principais dados relativos aos resíduos tratados pelos CIRVER, em 2024, tendo por base o reporte de dados do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) e do Movimento Transfronteiriço (MTR).

Assim, em 2024, verificou-se um aumento de 43% da quantidade total de resíduos recebidos nos dois CIRVER, face ao ano de 2023, tendo o SISAV rececionado uma quantidade de resíduos de cerca de mais 25 100 toneladas quando comparado com a Ecodeal.

Os resíduos recebidos em 2024 incluíram, para além de resíduos perigosos, resíduos não perigosos, que no caso da Ecodeal representaram 8% e no SISAV 23% do total de resíduos rececionados em cada um dos estabelecimentos.

Foi questionado pelo Presidente do Observatório o motivo para a receção desta tipologia de resíduos, tendo a APA esclarecido que os CIRVER estão autorizados à sua receção por serem essencialmente matérias subsidiárias para tratamento de resíduos perigosos. Informou também a APA que estes resíduos são encaminhados para outras unidades nos CIRVER, como a unidade de transferência, armazenamento temporário e posterior encaminhamento para destino adequado, assim como para a unidade de tratamento biológico.

Ainda sobre os resíduos rececionados nos dois CIRVER, foi dada nota que sobre o aumento dos quantitativos de resíduos com destino a deposição em aterro, com destino à operação R10 (utilização de resíduos em substituição de matéria-prima) e encaminhados para tratamento físico-químico no CIRVER Ecodeal.

Em termos de origem dos resíduos recebidos durante o ano de 2024, verificou-se que 88% são provenientes de atividades correntes (resíduos com origem nacional), 1% são provenientes de outros países, por via do MTR, e 11% dizem respeito à resolução de passivos ambientais.

Em relação aos resíduos provenientes de MTR, constata-se que estes não têm expressividade na atividade desenvolvida pelos dois CIRVER. Assim, em 2024 registou-se uma redução de 41% nas quantidades recebidas no CIRVER SISAV, face ao ano anterior, enquanto o CIRVER Ecodeal houve um aumento de 7%, quando comparado com o ano de 2023.

Em termos de destinos, e no caso da Ecodeal, os resíduos com origem em MTR foram encaminhados maioritariamente (78%) para uma operação de tratamento R12, que a APA esclareceu tratar-se de uma operação intermédia para a produção de combustíveis alternativos. No caso do CIRVER SISAV, os resíduos foram essencialmente encaminhados (56%) para a operação de tratamento R9 (Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos).

Quando questionado se a unidade de regeneração de óleos já se encontra em funcionamento, a APA esclareceu que após realização de um período de testes, o início da operação foi comunicado a 19 de março.

Foi dada nota que em relação a resíduos relativos à resolução de passivos ambientais, a receção aconteceu apenas na Ecodeal, correspondendo a 24% do total de resíduos recebidos, evidenciando, assim, um aumento significativo face ao ano anterior.

Observou-se uma diferença significativa entre os dados reportados pelos dois CIRVER, no que respeita à fração de resíduos encaminhados para valorização ou eliminação, embora menos acentuada em 2024, quando comparada com anos anteriores. A APA esclareceu que esta diferença resultou do facto de uma parte da atividade da Ecodeal estar dedicada ao tratamento de passivos ambientais, que têm como destino a deposição em aterro. Por outro lado, no SISAV encontram-se disponíveis tecnologias de valorização de resíduos não disponíveis na Ecodeal: produção de combustíveis a partir de *slops* e regeneração óleos usados.

No que respeita à deposição de resíduos em aterro, em 2024, registou-se um aumento nos dois CIRVER, face ao ano de 2023, com um acréscimo de 77% na SISAV e de 34% na Ecodeal. No final de 2024, os dois aterros apresentavam taxas de ocupação de 49% e 71%, respetivamente.

Em relação à produção nacional de resíduos perigosos, em 2023 (últimos dados disponíveis), o valor ronda as 828 mil toneladas, representando uma redução de 11% face ao ano de 2022. Tendo presente os quantitativos geridos pelos dois CIRVER, verifica-se que as instalações foram responsáveis pelo tratamento de 31% do total nacional.

Quanto à identificação das prioridades da legislação dos CIRVER, por ajustamento do novo regime geral de gestão de resíduos e no que se refere à lei dos solos, a APA informou não haver nada a acrescentar face à reunião anterior.

Foi abordado o tema sobre um eventual reforço de sinergias com as unidades de co-incineração, garantindo assim um escoamento regular de CDR e precavendo eventuais paragens com consequente aumento da quantidade de resíduos armazenados nas instalações dos CIRVER, sendo que sobre esse tema não foi assinalada a necessidade de criação de um grupo de trabalho com esse fim.

Em relação a uma eventual parceria com a ADP – Águas de Portugal, doravante ADP, com vista a garantir o tratamento dos lixiviados dos CIRVER, o Presidente do Observatório referiu a necessidade de promover uma reunião com a ADP no sentido de avaliar a possibilidade de aumentar o escoamento de lixiviados.

A APA lembrou que a problemática dos lixiviados não se esgota nos CIRVER, havendo um conjunto de aterros com as mesmas dificuldades, pelo que esta seria uma questão a analisar de forma global, a nível nacional, não podendo cingir-se apenas aos CIRVER. Assim, está prevista a criação de um grupo de trabalho, com vista à discussão de soluções para a resolução do problema. A constituição desse grupo, que ainda se encontra em fase de definição, teria de abarcar um número mais alargado de participantes para além dos CIRVER e da própria ADP, como representantes dos aterros não perigosos e dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos, garantindo assim uma visão global do tema. O Presidente do Observatório suscitou que o ONC também deveria estar representado no grupo de trabalho.

Ainda sobre o tema dos lixiviados, a APA recordou que a Ecodeal, na última visita da ONC, referiu estar a desenvolver um sistema de pré-tratamento nas suas instalações, com o objetivo de enviar para tratamento um lixiviado com menor carga poluente, ultrapassando-se, assim, os atuais constrangimentos nesse domínio. Foi dada nota que, face à última visita, importaria perceber o ponto de situação do projeto e eventuais resultados obtidos.

O Presidente do Observatório questionou acerca dos constrangimentos no tratamento dos lixiviados, tendo a APA lembrado que os mesmos se relacionam com o facto de os valores-limite de emissão (VLE) terem sido revistos em baixa, estando mais restritivos. Assim, e para se conseguir atingir os VLE fixados, importa garantir que os lixiviados chegam às ETAR com cargas poluentes menores, permitindo assim o seu escoamento.

Sobre este tema, o Presidente da Câmara da Chamusca referiu que esta é uma questão grave, quer pelo facto dos VLE estarem mais restritivos, quer por os lixiviados estarem cada vez mais concentrados, como resultado do tratamento por osmose inversa.

Deu nota que uma das soluções pode passar pela criação de uma unidade de tratamento de lixiviados que atendesse, não só, às necessidades do Ecoparque, mas também os operadores da região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo para isso, necessário financiamento. Referiu existirem métodos de tratamento para o lixiviado disponíveis, designadamente por evaporação, sendo que os custos associados rondam os

170/180 €/t, um valor superior ao praticado pela ETAR de Santo André e, como tal, menos atrativo do ponto de vista comercial. Acrescentou que o SISAV tem uma unidade de evapo-oxidação, na qual seria possível tratar os lixiviados, sendo que os custos associados são muito elevados, sendo, inclusivamente, mais caro tratar o lixiviado que os próprios resíduos.

Ainda no âmbito da problemática dos lixiviados, e na sequência do derrame com origem no SISAV, o Presidente da Câmara Municipal da Chamusca deu nota ter reunido com a APA-ARH, dado terem-se observado algumas movimentações de terras e registado outros episódios no local. Acrescentou que, nos últimos meses, o Município tem recebido reclamações relacionadas com o odor proveniente da água. Clarificou que, com o passar dos anos e o lavrar das terras, a ribeira deixou de ter continuidade, encontrando-se atualmente dispersa pelos campos de cultivo. Assinalou que estas águas apresentam um odor característico a amónia e contêm coliformes, resultado da proximidade de fossas rotas, o que contribui, também, para a contaminação das águas subterrâneas.

Apesar das intervenções realizadas de forma imediata após o acidente, o problema não só persiste como se tem agravado, sem que tenham sido adotadas medidas realmente eficazes para a sua resolução. Informou que o Município está, em articulação com a APA-ARH, a tentar canalizar a ribeira até ao rio Tejo, de forma a evitar que a água fique depositada nas terras de cultivo. Reforçou tratar-se de situação grave, principalmente na freguesia da Carregueira, que continua sem uma solução efetiva, e que tem um impacto muito significativo na saúde pública. Sublinhou que estão em causa furos destinados à rega agrícola, com profundidades entre os 16 e os 20 metros, tendo sido acordado com a APA-ARH a realização de análises à qualidade da água, com o objetivo de verificar se esta cumpre, pelo menos, os limites legais estabelecidos para utilização agrícola.

Em resposta à questão colocada pelo Presidente do Observatório sobre a evolução da situação face ao reportado na reunião anterior, na qual se referira que o odor da água estaria relacionado com fugas provenientes de fossas sépticas, o Presidente da Câmara Municipal da Chamusca confirmou que, de facto, se verificou uma evolução da situação. Para ilustrar o ponto de situação atual, foram apresentadas imagens do Google, através das quais se identificaram os locais contaminados. Explicou ainda que os habitantes da zona abriram uma vala em direção a um areeiro existente, por forma a escoar as águas acumuladas nos campos, sendo que a mesma se tem acumulado nesta infraestrutura.

Face ao exposto, o Presidente da Câmara Municipal da Chamusca voltou a manifestar a sua preocupação, sublinhando que a resolução do problema não depende apenas de soluções comerciais, mas também de vontade política, destacando, ainda, a necessidade de haver um maior controlo (fiscalização), afirmando que o autocontrolo não é suficiente.

O Presidente da Câmara Municipal da Chamusca manifestou ainda preocupação com os níveis de preços que estão a ser praticados para o tratamento dos lixiviados, tendo sido esclarecido que, neste momento, os lixiviados produzidos na região são encaminhados apenas para a unidade das Águas de Santo André, com uma tarifa cobrada, incluindo transporte, de cerca de 40 €/t. Contudo, o aumento da procura tem impacto nos preços. Relembrou que os preços praticados pelos CIRVER, para tratamento de resíduos, inclui o tratamento de lixiviados, pelo que se houver necessidade de avançar para outra tipologia de tratamentos, como evapo-oxidação, cujo ronda 170 €/t, as tarifas dos CIRVER serão ajustadas em conformidade. De qualquer forma, salientou a sua preocupação com os níveis dos preços praticados,

que considera elevados. O representante da Autoridade para a Concorrência solicitou ao Presidente da Câmara Municipal da Chamusca que [clarificasse](#) a sua preocupação em relação aos preços praticados. Referiu o Presidente da Câmara Municipal da Chamusca que seria desejável uma maior concorrência na atividade de tratamento dos lixiviados, como forma de pressionar os preços praticados para níveis mais baixos.

A representante da Delegação Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo da Direção Geral da Saúde (ex-Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) questionou o Presidente da Câmara Municipal da Chamusca sobre a data de início das análises às águas dos poços, bem como sobre a possibilidade de disponibilização dos respetivos resultados, tendo referido o problema da presença de lixiviados na zona agrícola contígua à área do CIRVER no município da Chamusca. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal da Chamusca esclareceu que o processo está a ser acompanhado pelas autoridades de saúde da Lezíria e que, assim os resultados estiverem disponíveis, serão partilhados com os membros do Observatório.

No que respeita ao reforço da segurança das populações mais expostas ao tráfego de viaturas com resíduos destinados ao Ecoparque, o Presidente da CM Chamusca afirmou nada ter a acrescentar.

Quanto ao tema da acessibilidade ao Ecoparque, o Presidente do Observatório recordou que havia ficado acordado o envio de um ofício dirigido ao Sr. Presidente da República. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal da Chamusca esclareceu que o ofício foi, de facto, elaborado, mas que o seu envio ficou suspenso devido a alterações do governo em funções, aguardando-se a constituição de um novo governo, por via das eleições a 18 de maio.

O Presidente da Câmara Municipal da Chamusca partilhou as declarações de caducidade do IC 3, bem como o facto de as Infraestruturas de Portugal terem disponibilizado, verbalmente, informação sobre um eventual estudo de tráfego, de acordo com o qual passam cinco camiões por hora na Chamusca, manifestando grandes reservas sobre os dados apresentados, já que os números não correspondem à realidade.

O Presidente do Observatório lembrou a sugestão da representante da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, na anterior reunião do Observatório, em separar a questão da acessibilidade ao Ecoparque da relativa ao aeroporto. O Presidente da Câmara Municipal da Chamusca indicou que assim que o novo Governo tome posse, fará a adaptação do Ofício no sentido de se proceder ao seu envio.

A representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo salientou a importância de o Observatório possuir um estudo de tráfego atualizado para justificar tecnicamente a necessidade de ser pensada uma solução em matéria de acessibilidade ao Ecoparque.

Por sua vez, a representante da Delegação Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo da Direção Geral da Saúde (ex-Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo), no seguimento da preocupação manifestada pelo Presidente da Câmara Municipal da Chamusca quanto a um possível acidente rodoviário envolvendo camiões de transporte de mercadorias perigosas no acesso ao Ecoparque, salientou a importância de estas preocupações ficarem registadas em ata, pois na eventualidade de tal situação vir a ocorrer, serão seguramente pedidas responsabilidades, independentemente de o Observatório, e dos seus membros, terem vindo a alertar

para o problema há já vários anos, sem que tenham sido tomadas quaisquer medidas para a sua resolução.

O Presidente do Observatório questionou o Presidente da Câmara Municipal da Chamusca sobre a possibilidade de se obter um estudo de tráfego que permita apoiar a fundamentação do Observatório na questão da acessibilidade ao Ecoparque. Foi dada nota que foi solicitado às Infraestruturas de Portugal a disponibilização do referido estudo de tráfego, para confirmar a informação transmitida quanto ao número de viaturas que circulam diariamente na zona, e por ser um estudo mais recente, comparativamente ao que o Município da Chamusca elaborou em 2018. O Presidente da Câmara Municipal da Chamusca indicou que um estudo desta natureza ronda os 25 000 € e que estando as Infraestruturas de Portugal na posse de dados recentes, não se justifica encomendar um novo estudo de tráfego.

O Presidente do Observatório considera que, no imediato, o estudo realizado em 2018 poderia ser utilizado como base de fundamentação, por se revelar, muito provavelmente, mais fiável que o das Infraestruturas de Portugal no que respeita ao número de viaturas.

A representante da Delegação Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo da Direção Geral da Saúde (ex-Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) informou que o estudo feito recentemente pelo Município de Almeirim apontava para 150 camiões por dia. Face a esta diferença de valores, o Presidente do Observatório reforçou a ideia de se utilizar o estudo realizado em 2018. O Presidente da Câmara Municipal da Chamusca referiu que a situação evoluiu desde 2018, informando que existe um comparativo com outros dois estudos de tráfego já existentes, um realizado no âmbito da revisão do PDM e outro para o Ecoparque do Relvão, sendo que partilharia com os restantes membros do Observatório.

A representante da Delegação Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo da Direção Geral da Saúde (ex-Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) considera preferível avançar com o Ofício tendo por base o estudo de 2018, ao invés de esperar pela informação das Infraestruturas de Portugal, por forma a não atrasar mais o processo.

3. Monitorização da execução do Plano de Atividades de 2024

A APA referiu que o Plano de Atividades de 2024 foi cumprido no que respeita às atividades que lhe tinham ficado atribuídas, designadamente a avaliação da informação relativa à quantidade de resíduos recebidos pelos CIRVER em 2024, a avaliação e acompanhamento do desempenho ambiental dos CIRVER e a análise comparativa da capacidade disponível para a eliminação de resíduos perigosos em aterro CIRVER, face ao tempo de vida útil expetável, tendo toda a informação sido enviada por email aos membros do Observatório após a 29ª reunião.

4. Outros assuntos

A APA informou o Presidente do Observatório que o levantamento da informação em falta para atualização do conteúdo da página do ONC já está concluído, tendo os respetivos elementos sido enviados para o departamento de informática.

O Presidente do Observatório manifestou a intenção de realizar duas reuniões e uma visita aos CIRVER no final de setembro, uma vez que dois membros irão deixar de fazer parte da equipa do Observatório nessa data.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente do ONC deu por finalizada a 30.ª reunião do Observatório.

Próximos Passos

De forma sucinta, em termos de tarefas, foi acordado na reunião:

- A APA enviará aos membros do Observatório a apresentação sobre a atividade desenvolvida pelos CIRVER no ano de 2024;
- A Câmara Municipal da Chamusca disponibilizará aos membros do Observatório os resultados das análises efetuadas à água dos poços;
- A Câmara Municipal da Chamusca irá enviar aos membros do Observatório o estudo de tráfego efetuado e o comparativo face aos dois estudos já existentes;
- O Presidente do Observatório agendará duas reuniões para o ano de 2025 e uma visita aos dois CIRVER (ECODEAL e SISAV) no final de setembro.

Anexo

Lista de Presenças na 30.ª reunião do ONC

Nome	Organismo	Contacto
Luís Mesquitella	Presidente do ONC	E-mail: luis.mesquitela@gmail.com
Sílvia Ricardo	Agência Portuguesa do Ambiente	E-mail: silvia.ricardo@apambiente.pt
Cristiana Gomes	Agência Portuguesa do Ambiente	E-mail: cristiana.gomes@apambiente.pt
Isabel Marques	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	E-mail: isabel.marques@ccdr-lvt.pt
João Gata	Autoridade da Concorrência	E-mail: jgata@concorrenca.pt
Paulo Queimado	Associação Nacional de Municípios Portugueses	E-mail: pqueimado@cm-chamusca.pt
Vera Lúcia Santos Noronha	Delegação Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo da Direção Geral da Saúde (ex-Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo)	E-mail: veranoronha@dgs.min-saude.pt
Luís Mesquitella	Associações Industriais	E-mail: luis.mesquitela@gmail.com